



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
POLO BARRAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

EVANIELE PEREIRA LAGES

**O DIREITO DE SER DIFERENTE: OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
INCLUSIVA NO SÉCULO XXI**

BARRAS
2023

EVANIELE PEREIRA LAGES

O DIREITO DE SER DIFERENTE: OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
INCLUSIVA NO SÉCULO XXI

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Especialização em
Educação Especial e Inclusiva em Educação do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Piauí, Polo Barras.

Orientador Prof. Dr. Denílson Pereira da Silva

.

BARRAS
2023

O DIREITO DE SER DIFERENTE: OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO SÉCULO XXI

EVANIELE PEREIRA LAGES¹
DENILSON PEREIRA DA SILVA²

RESUMO

A presente pesquisa faz uma análise sobre os avanços da educação inclusiva, tendo como protagonista a Educação especial, pensando nas necessidades das inúmeras crianças do país que são diagnosticadas com transtornos ou qualquer outro tipo de deficiência física ou intelectual, que são mandadas para as escolas que na sua maioria ainda permanece despreparadas para oferecer a educação que ambos merecem, desse modo será avaliado as transformações tanto no campo pedagógico, social e legal para viabilizar o direito de todos a educação. Desejando assim contribuir para discussões em volta da temática tão presente na contemporaneidade, baseado em âmbito geral pelo seguinte objetivo: Identificar os avanços da Educação Inclusiva no século XXI e especificamente, analisar as transformações na prática pedagógica para consolidação da Educação Inclusiva e destacar o papel do professor na ampliação da educação especial. Tendo como problemática os questionamentos sobre avanços da educação inclusiva no século XXI. E como metodologia um estudo qualitativo, exploratório e bibliográfico das obras de Rocha (2017), Lustosa e Ferreira (2020) Silva et. al (2020) e fundamentada por vários pesquisadores ligados à área da Educação Especial, entre eles: Godofredo (1990), Mantoan (2013), Santos (2008) e (2013). Portanto conclui que os avanços são resultados da implementação de Leis que favorecem socialmente as transformações em torno da educação inclusiva, levando a construir novas maneiras de ensinar e a necessidade de adaptações pedagógicas, e sobretudo devido os debates e discussões envolvendo a falta de preparo e de formação científica para inclusão de crianças especiais na escola.

Palavras-chave: Educação Especial e Inclusiva; Leis; avanços.

ABSTRACT

This research analyzes the advances in inclusive education, with special education as its protagonist, , thinking about the needs of the countless children in the country who are diagnosed with disorders or any other type of physical or intellectual disability, who are sent to schools that, for the most part, are still unprepared to offer the education they both deserve. In this way, transformations will be evaluated in both the pedagogical, social and legal fields to enable everyone's right to education. Wishing to contribute to discussions around the theme so present in contemporary times, based on a general scope for the following objective: Identify advances in Inclusive Education in the 21st century and specifically, analyze the transformations in pedagogical practice to consolidate Inclusive Education and highlight the role of the teacher in expanding special education. Having as a problem the questions about advances in inclusive education in the 21st century. Ead methodology a qualitative, exploratory and bibliographic study of the works of Rocha (2017), Lustosa and Ferreira (2020) Silva et. al (2020) and founded by several researchers linked to the area of Special Education, including: Godofredo (1990), Manto an (2013), Santos (2008) and (2013). Therefore, he concludes that the advances are the result of the implementation of Laws that socially favor transformations around inclusive education, leading to the construction of new ways of teaching and the need

¹Graduada em Licenciatura plena em História. Uespi. E-mail: evanielelages@gmail.com.

² Professor Orientador do Instituto Federal do Piauí- IFPI. Doutor em Educação.

for pedagogical adaptations, and above all due to the debates and discussions involving the lack of preparation and scientific training for the inclusion of special children in school.

Keywords: Special and Inclusive Education; Laws; advances.

Data de aprovação: 08/12/2023

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira vigente propõe o pleno desenvolvimento humano e efetiva o direito a permanência de todos nos espaços escolares, sendo resultando de um processo contrário a opressão e a sistema excludente que colocavam uma grande parcela da população à margem do projeto educativo. Diante, desse novo paradigma floresceu os princípios pautados na educação inclusiva, composto pelo viés democrático, plural e transgressor. Desse modo, segundo Mantoan (p.20, 2003) “ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificação a identidade do aluno”. Construindo nessa circunstância a escola inclusiva tendo como protagonistas, sujeitos moldado por uma identidade fora dos ditos padrões, não estando atrelada em modelos permanentes ou ideais.

Baseado na Constituição Federal que determina a educação como um direito de todos e de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que oportuniza olhar para o aluno respeitando suas singularidades e possibilitando novas alternativas, capaz de viabilizar a inclusão, que a presente pesquisa se fundamenta em primeira instância, buscando analisar os avanços da educação inclusiva no século XXI, tendo em vista, a proposta defendida por Paulo Freire de educação emancipadora e coletiva. Sendo assim, precisa mais do que ofertar o acesso à matrícula nas escolas para que as pessoas com deficiência sejam realmente incluídas no ambiente escolar como determina as leis em vigor, é preciso ter conhecimentos de suas necessidades e sobretudo dispor de recursos didáticos adaptados, por isso, essa escrita é um convite a conhecer realidade atual em relação aos seus avanços perante as novas políticas inclusivas.

Em consonância, esse estudo traz um interesse particular de uma construção social ligada a inclusão, ao problematizar uma questão que serve como instrumento reflexivo para gestão pública e especialmente para a sociedade em relação as suas atitudes voltadas para inclusão. Além do mais, é uma temática atualizada que efetiva uma condição comum em todo país de tentar sanar os inúmeros problemas de despreparos das escolas públicas de receber o público alvo. Nesse sentido, sabendo das carências e dos vários projetos tanto na esfera federal e estadual para dispor de instituições educacionais capazes de reverenciar as diversidades e considerar as diferenças, e assim compreendo que todos podem aprender do seu próprio jeito, que essa investigação se faz tão viável na esfera federal com a finalidade de destacar as especialidades e delimitações do acesso à educação inclusiva.

Além disso, essa escrita científica tem como peculiaridade superar o conceito de homogeneidade e estabelecer conceitos educacionais focada na heterogeneidade, exibindo características educativa centradas nas necessidades individuais. E mostrando assim a grandeza social de incluir meninos e meninas que apresentam alguma deficiência no ambiente escolar, pois representa um passo a mais na superação das desigualdades e fortalecimento da construção estrutural de uma sociedade igualitária e humanamente consciente dos seus direitos e deveres. Dando legitimidade a Educação Especial. Tendo como problemática: Quais os avanços da Educação Especial Inclusiva no século XXI? E o seguinte objetivo geral: Identificar os avanços

da Educação Inclusiva no século XXI. E os respectivos objetivos específicos: Analisar as transformações na prática pedagógica para consolidação da Educação Inclusiva e destacar o papel do professor na ampliação da educação especial.

A sociedade atual é fruto de séculos de registro de movimentos segregacionistas que era vinculado e assegurado por cresças religiosas, culturais, políticas e conceitos inadmissíveis para a realidade vivida hoje. Mas não se pode desconsiderar as marcas históricas deixadas nas estruturas sociais, por isso o processo de implantação de um sistema inclusivo ainda sofre resistência e grandes dificuldades. No entanto no final do século XX, as equitantes levaram a construção da Conferência Mundial de Educação envolvendo 92 países e 25 organizações internacionais, ficando conhecida mundialmente com Declaração de Salamanca.

Essa Declaração de 10 de julho de 1994 reafirmou a Direito a Educação para Todos, pois tinha como pressupostos orientações voltadas para educação inclusiva. Assim ela salienta:

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas sempre que possível, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. (DECLARAÇÃO SALAMANCA, p.11, 1994)

Esses parâmetros resenhado dentro dos pressupostos da Declaração são uma quebra nas armaduras que tornava a educação excludente e elitista. E foram os alicerces para construção de Educação Especial composta pela valorização das diferenças e acesso à escola regular. A partir disso, as demandas políticas e sociais dos planos governamentais se basearam e assegurar com máxima urgência o debate em torno de equipar e qualificar a educação, pensando em providenciar o acesso de crianças, jovens e adultos com alguma deficiência ao campo educacional.

De acordo Camacho (2004), as mudanças em relação a Educação Especial começaram a serem percebidos em contexto mundial na perspectiva de acionar métodos capaz de favorecer as diferentes crianças e promover uma intervenção pensando no desenvolvimento humanos de pessoas com transtornos. Tendo um elo indissolúvel entre família, escola e comunidade visando nessa perspectiva ampliar as ferramentas de detecção e diagnóstico, buscando dar maior contribuição para formação da escola orientada nos termos de acolher, adaptar e cultivar as diversidades.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALÉM DE SER UM DIREITO É UMA QUESTÃO SOCIAL

O debate voltado para educação inclusiva é um reflexo do momento histórico e das transformações sociais, pois no mundo atual, as diferenças estão sendo consideradas e valorizadas de acordo com as suas próprias necessidades. Consciente de viver em um espaço composto de pluralidade e que precisa combater fatores que reforça os sentimentos de desigualdades, sendo discutido outro tipo de interesse no momento, um que não nega a igualdade, mas que evidencia o termo relacionado às diferenças (CAUDAU, 2008).

Durante muito tempo, a história mostra o descaso e preconceitos sofridos pelos ditos não “normais”, sendo renegados aos espaços sociais e culturais. Desse modo, as pessoas com deficiências ou pertencente aos grupos marginalizados formam vítimas do sistema de exclusão, estando privados “de uma série de bens culturais e intelectuais que são importantes, impedindo ou prejudicando a sua interação à comunidade” (MARTINS, 1997). Com isso a educação também era algo totalmente distante das suas realidades, ignorando a condição primordial do processo educacional “ em suas mais variadas formas de organização, encarrega-se de mediar o processo

individual de apropriação do que é cultural” (PADILHA, 2012, p.9). De acordo com Demerval Saviani (2017) a educação tem a função de produzir individualmente ou coletivamente as capacidades de identificar elementos culturais ou assimilá-los, além do mais, fortalece meios adequados para sua apropriação no tempo certo.

Nessas condições, a educação se configura como um aparelho de extrema relevância capaz de promover o favorecimento a igualdade de direito. Assim a Declaração Mundial sobre a Educação para todos (1990, p.2) reafirma que “[...] embora sabendo que a educação não seja condição suficiente, é de importância fundamental para o processo pessoal e social”. Desse modo, as concepções de educação inclusiva surgem no cenário de transformação do modelo tradicional, para uma escola voltada ao método inovador, politicamente consciente das necessidades de metodologias, leis inclusivas e de práticas pedagógicas direcionadas de acordo as demandas dos alunos. Visando a promoção de uma inclusão para todos, independentemente de sua deficiência ou origem socioeconômica ou cultural.

Desde o final do século XX até os dias atuais é notável as reformas nas escolas pensando na inclusão. A respeito do assunto Godofredo enfatiza:

Frente a esse novo paradigma educacional, a escola deve ser defendida como uma instituição social que tem por obrigações atender a todos as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto deve manter as duas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais. (GODOFREDO, 1999, p.31)

Assim, a educação é movida como um instrumento básico para o desenvolvimento humano, aliado a um meio que busca aprender continuamente a viver com as diferenças, colaborando para a construção efetiva de uma sociedade inclusiva e com o compromisso de formar todos na escola, tanto pública, quanto privada em um sistema acolhedor, participativo e composto pela diversidade e pluralidade. Portanto implica em aprimorar as capacidades e habilidades de cada um, olhando de maneira individualizada.

Continuando à abordagem, segundo Mantoan:

As escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, nos quais as crianças apenas aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos ensina-se os alunos a valorizar a diferença, pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar sem tensões, competições de forma solitária e participativa. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando a mesma única turma. (MANTOAN, 2013, p.61)

Nesse sentido, cabe ao ambiente escolar, às atribuições de ensinar, receber e acolher a todos sem fazer nenhuma distinção, independente de apresentar alguma condição física, intelectual, social entre outras, pois o processo de ensino aprendizagem é pautado nas considerações das necessidades particulares. Adaptando assim, a cada contexto social da turma ou do próprio aluno, ainda é vale pontuar que a instituição tem o dever de equipar “as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo portadoras de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos” (SASSAKI, 2022, p.41).

Dando seguimento, Cartolano ressalta sobre a percepção do papel dos educadores no processo inclusivo:

Assim, como os homens do seu tempo, os educadores de hoje não podem esquivar-se dessa realidade social, e muito menos, perder de vista a viabilidade histórica de um

projeto de transformação do real. Uma boa formação teórica e prática, básica e comum a todos, independe da clientela para qual ensinaram no futuro, garantir uma leitura crítica não só na educação e das propostas de mudanças neste campo, mas também uma consciência clara das determinações sociais, políticas e econômicas nelas presentes. Isso significa, por exemplo, saber analisar e criticar propostas oficiais e institucionais da educação a fim de reconhecer sua pertinência, ou não, às condições históricas existentes. (CARTOLANO, 1998, p.30)

Os professores têm um papel significativos nas transformações, pois precisam ir ao além do domínio dos conteúdos exigidos nos currículos, devem estar instrumentalizados a dispor de uma prática pedagógica com sentido de formação cidadã. Também devem estar preparados a adaptar suas aulas aspirando tornar o processo de aprendizagem mais equivalente a qualquer tipo de especialidade do alunato, mostrando dedicação e compromisso com trabalho de educar seres humanos para viver socialmente.

2.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O SEU PAPEL EDUCACIONAL

O processo de inclusão escolar é regulamento por leis e diretrizes que garantem o acesso de cada indivíduo, pensando no papel social da escola com fundamento na construção de ideais direcionados para uma sociedade democrática. Compreendendo desse modo, que o sistema deve ir além de inseri-los, pois “a verdadeira inclusão presume o redimensionamento de vários aspectos, tais como estrutura física da escola, adaptações curriculares e mudanças de atitude dos educadores, entre outros” (SANTOS; PAULINO, 2008. P.13). “Com as diretrizes inclusivas, um novo capítulo da educação especial se inscreve. O direito à educação garante acesso irrestrito à escolarização. Os direitos à igualdade e à diferença reorganizam os serviços, os conceitos e os profissionais da escola” (VASQUES; MOSCHEN; GURSKI, 2013, p. 84).

Desse modo, a educação inclusiva se constitui “um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola” (BRASIL, 2008, p. 1).

Em consonância, Santos define:

[...]a inclusão não se refere unicamente a grupos especificamente constituídos nas sociedades, como por exemplo, os grupos de pessoas com deficiências. Mas sim, que ela se refere à luta em prol da defesa de todo e qualquer indivíduo ou grupo em risco, ou em situação, de exclusão. Resumidamente, nesta concepção poderíamos afirmar que a inclusão é toda forma de luta contra as exclusões: de fato ou virtuais. (SANTOS, 2013, p.14)

Os princípios básicos estabelecidos por essa concepção objetiva alcançar relações igualitárias, independentemente de suas condições socioeconômicas, culturais, raciais ou físicas. Adequando as estruturas essenciais para atender às individualidades e fomentar os meios cabíveis para implantação de uma sociedade amparada em todos os campos pelas normas inclusivas. Assim combatendo os preconceitos e discriminações que vive enraizado no seio social devido séculos de ideologias segregacionistas.

Segundo Santos (2008) embora haja um cenário social amplo de discussão pensando na implantação inclusiva como realmente deve ser, a realidade no cotidiano educacional permanece em sua maioria longe do amparo de práticas inclusivas como determina às políticas. “Essa peculiaridade evidencia que no discurso (leis, declarações, planos e instrumentos afins) a inclusão é tema central, sugerindo a adesão ao discurso politicamente correto. Em contrapartida, os atores que vivenciam o cotidiano escolar sentem na pele a dificuldade de se efetivar tais normas” (LEME, 2011, p. 196).

3. METODOLOGIA

A pesquisa tem como base o método qualitativo, exploratório e bibliográfico, que consiste no levantamento crítico de documentos publicados que contribuíram para problematizar e solucionar o problema norteador, que nesse caso, aborta os avanços da Educação Inclusiva no XXI. N esse sentido Boccato define como sucede essa metodologia:

[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266).

Dessa forma, a “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (LAKATOS E MACRCONI, p.183). Sendo desenvolvida com base em livros, teses, artigos, Leis, Diretrizes, ou seja, qualquer material documental de domínio público, ou registro disponível de pesquisas anteriores.

Assim toda “pesquisa científica é uma investigação metódica acerca de um determinado assunto com o objetivo de esclarecer aspectos em estudo” (BASTOS E KELLEN, 1995, p.53). Partindo desse ponto, esse estudo abrange uma rica literatura e uma elevada discussão pautada nos avanços da educação inclusiva e especial e assim sendo, um campo exploratório para chegar aos resultados cabíveis. Tendo como premissa uma pesquisa dividida em fases como pode ser observado no quadro 01 abaixo, que consta desde a identificação das obras que serão submetidas a um processo de triagem para descartar o que não corresponde aos critérios de análise, ficando apenas as pesquisas que contém os critérios necessários para nortear a resultados das discussões pré-estabelecidos.

Quadro 01- Etapas da Seleção de artigos

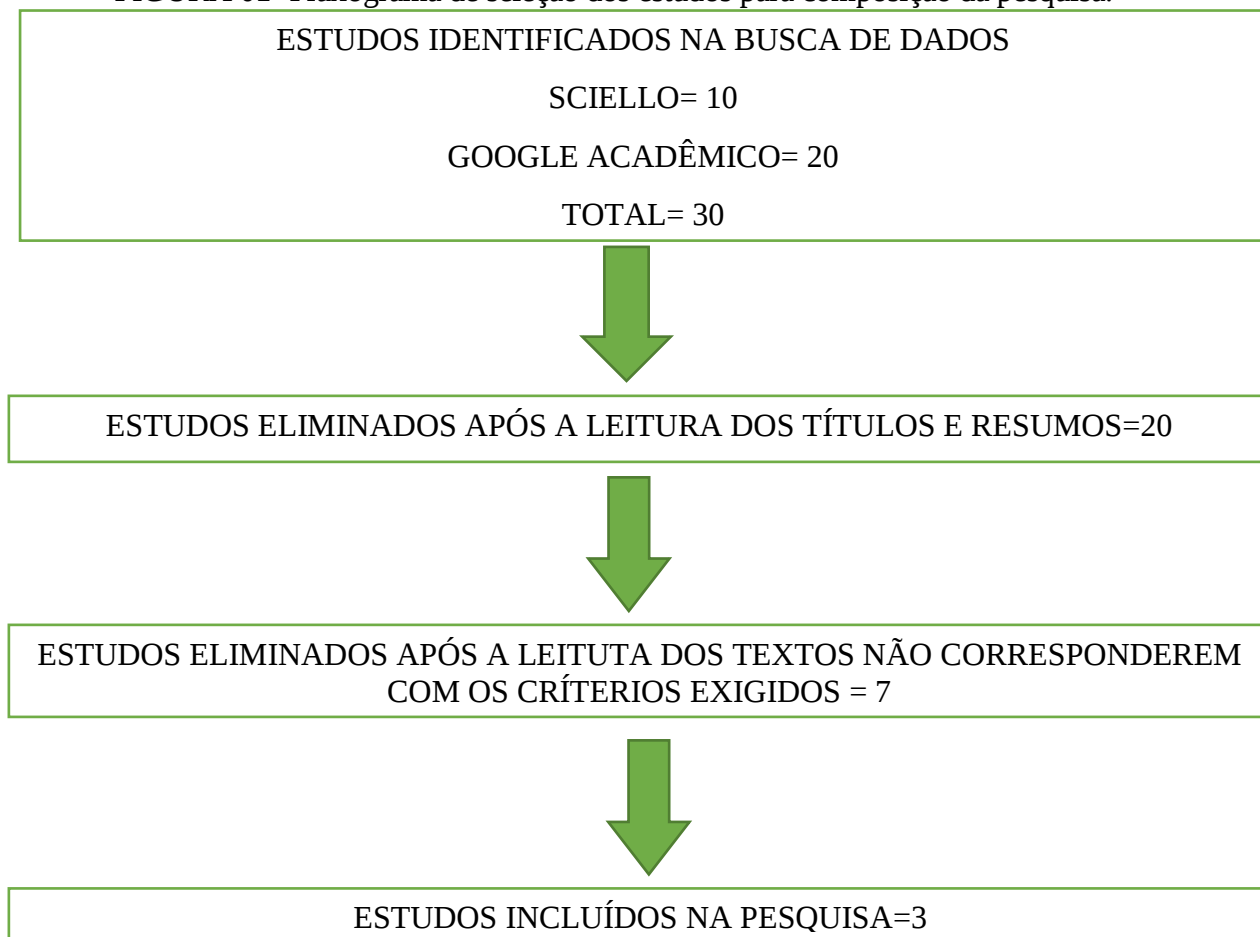
Etapa 01- Identificação	Obras coletas de acordo com a temática.
Etapa 02- Triagem dos artigos	1º fase da triagem- artigos descartados pelo título. 2º fase da triagem- artigos descartados pelo resumo. 3º fase da triagem- leitura completa dos artigos, sendo selecionado o que realmente vai de encontro com a temática e descartados o que não atendem os objetivos da pesquisa.
Etapa 03- Seleção de artigos incluídos	Quantificar e qualificar quais artigos será fontes para as discussões do trabalho.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Essa busca-se sucedeu nas plataformas virtuais Sciello e Google acadêmico, totalizando em 30 artigos coletados, ficando apenas 3 após o processo de eliminação como pode observar nos dados apresentados seguir na figura 1, pois somente os três se aproximam dos objetivos almejados, enquanto os demais citam alguns dos descritores, mas as discussões apresentadas nos resumos e nos próprios textos emboçam outros apontamentos, distanciando assim dos objetivos da autora. Vale pontuar que é uma pesquisa que requer comprometimento e discernimento para avaliar e selecionar as obras coletadas, que darão andamento a escrita. Além disso, demanda

imparcialidade, com objetivo desenvolver um estudo válido e comprometido com os princípios científicos.

FIGURA 01- Fluxograma de seleção dos estudos para composição da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos descritores e do processo de seleção e exclusão das obras, foram selecionados três artigos encontrados no Google acadêmico que traz uma perspectiva que se enquadra nos caminhos objetivados e proporciona dialogar com a temática, pois as obras são atuais e buscam um debate sobre a política educacional e social, voltada para Educação Inclusiva e Especial que efetiva os avanços ocasionados no século XXI, resultando em parte dos discursos proferidos no final do século XX e que começou a movimentar o espaço social para uma nova perspectiva em relação a questão da inclusão de pessoas com deficiências.

Diante dos expostos, as pesquisas selecionadas serão listadas no quadro 2. Como se pode observar abaixo, elencando os seguintes itens: os autores, os anos de publicação, os tipos de documentos, os títulos da obra e seu local de publicação.

Quadro 02- Identificação das obras

Autor/ Ano	Tipo de documentos	Título da obra	Local de Publicação
ROCHA (2017)	Artigo	O papel do professor na Educação Inclusiva	Revista Ensaios Pedagógicos.

LUSTOSA; FEREIRA (2020)	Artigo	Educação inclusiva: reflexões sobre os aparatos legais que garantem os direitos educacionais de estudantes públicos-alvo da educação especial.	Revista Teoria Jurídica Contemporânea.
SILVA; et al (2020)	Artigo	Um olhar sobre a educação inclusiva no PNE 2014-2024, desafios e perspectivas.	Revista do PEMO

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

De acordo com Rocha (2017) os avanços parte da percepção de entender o papel do professor na educação inclusiva, pois faz-se necessário ter profissionais capacitados e que estão no mercado de trabalho consciente de suas próprias limitações e que podem recorrer a formações continuadas quando houver carência de repensar seu ato educativo. Adquirir novos conhecimentos é essencial para promover uma prática pedagogia voltada a valorizar a particularidades dos alunos atípicos. Nesse sentido, autora potencializa um cenário contemporâneo de debate social e educacional de pensar na prática docente em constante mudanças e adequações, pensando sobretudo processo inclusivo.

Dando seguimento a concepção de Rocha (2017), nota-se uma abordagem que evidencia uma sociedade em curso, ou seja, que vem se transformando, pensando em agregar os novos valores e de se distanciar de velhos preconceitos que colocava qualquer pessoa com necessidade especial a margem dos espaços educacionais. Nessa lógica, é destacado que cada vez mais é aumentado o número de ingresso de alunos com necessidades educacionais dentro dos espaços escolares. Também salienta que a educação inclusiva permanece um enorme desafio, em virtude de movimentar demanda questionadora na maneira de ensinar, nas estratégias pedagógicas “a fim de detectar particularidades e expor habilidades de acordo com a demanda de cada aluno” (2017, P.7).

Por outro lado, Lustosa e Ferreira (2020), traz um panorama sobre as conquistas legais que efetivaram as mudanças no meio social e promoveram à viabilidade da inclusão. Para elencar essa discussão, tiveram de realizar um estudo dos aspectos históricos, do século XX ao XXI no campo internacional e nacional destacando o que impulsionou as leis e as normativas em direito as pessoas com deficiência, favorecendo assim a implantação da Educação Inclusiva.

Entre tantas resoluções, portarias, decretos e notas técnicas, chama-se atenção para Lei da Libras nº 10.436 (2002), a Política Nacional na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2010), pois mostram o progresso social e jurídico que refletiu na formação dos paradigmas da Escola Inclusiva. Vale pontuar que as existências de todos esses feitos formam a base de muitas lutas e se tornaram reflexos para almejar os direitos à educação em sua plenitude (Lustosa e Ferreira, 2020).

Dando continuidade ao ponto de vista, Lustosa e Ferreira (2020) enfatiza a relevância política da implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para consolidação da modalidade da Educação Especial no país, em razão de ser um passo significativo de ampliação do discurso de respeito as singularidades do público alvo e de reconhecimento das necessidades especiais, do papel do professor e de toda instituição escolar no engajamento de ações e práticas pensando, especialmente no promoção de novas habilidades.

Por outro prisma, Silva et. al (2020) revela um estudo sobre a meta de nº 4 focado na educação especial, do Plano Nacional de Educação- PNE de regência de 2014-2024. Trazendo a demanda de exigência objetivada durante os dez anos de vigor desse plano, constando o dever de garantia do AEE e as adequações necessárias do sistema educacional aspirando a inclusão, e especialmente, contrário a integração. Nesse caso, a meta em si, evidencia um avanço, ao projetar uma estrutura de ensino global, sinalizando o preparo de uma escola capaz de receber pessoas com deficiências, transtornos ou superlotação.

Prosseguindo na linha argumentativa de Silva et.al (2020) também corrobora com a ideia de qualificação profissional, tendo de haver profissionais especializados para atender as demandas e preparo de toda comunidade escolar ao receber esse aluno. Desse modo, precisa-se de investimentos estrutural e financeiro certificando assim de assegurar uma educação inclusiva tal como realmente deveria ser.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa prova que os avanços em prós da Educação Inclusiva Especial têm surgindo diariamente nos espaços escolares fundamentado e legitimados pelas Leis e outras normativas, no entanto, ainda falta informação e qualificação de profissionais para suprir as demandas exigidas, por enquanto a sociedade permanece andando lentamente na trilha inclusiva. Podendo assim, reafirmar que é preciso mais do que as próprias Leis para direcionar a Educação Especial, sendo fundamental uma união de todas as camadas sociais para promoção do pleno desenvolvimento humano e a formação de cidadãos com se determina a constituição e a educação democrática.

Também afirma que os debates e políticas pensadas na Educação inclusiva são um grande salto em comparação a séculos de abandono e descanso a essas minorias, por isso não é certo, desconsiderar os avanços contemporâneos, pois anos atrás o tema estava totalmente distante da realidade escolar e dos próprios educadores, como se eles não existissem. As pessoas com deficiência eram excluídas do direito à educação.

Sendo assim, o movimento de implantação de escolas inclusivas almeja impulsionar intensas transformações nas estruturas sociais para compreensão de que é necessária resposta educativa adequada a todos, respeitando suas singularidades. Todavia vale pontuar, que essa responsabilidade não é cabível apenas aos setores educacionais, deve ser uma preocupação social, desse modo as escolas são um, entre tantos norteadores que podem contribuir em favor das iniciativas contra o sistema excludente.

Em soma constata que o propósito da inclusão não é uma tarefa extremamente simples, pois precisa reinventar práticas pedagógicas, adaptar todos os espaços escolares, preparar a equipe e sobretudo considerar o ritmo de aprendizagem de cada indivíduo, tornando uma missão permanente e um esforço contínuo para atingir uma sociedade igualitária. Nessa perspectiva, também demonstra que intuito de efetivar a Educação Especial e Inclusiva requer mais do que as discussões atuais ou simplesmente o que dizem os documentos oficiais, é preciso que cada cidadão faça sua parte para consolidação dessa luta e principalmente que grupos formados pela ala docente e toda comunidade educativa tomem consciência dos seu papel frente a essa realidade e comecem a desenvolver mecanismos e condições que auxiliam na causa e na obtenção dos verdadeiros resultados.

REFERÊNCIAS

BASTOS, C. L; KELLER, V. **Aprendendo a aprender**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em < A pesquisa bibliográfica Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>> Acesso em: 17 de abr.2023.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre a Educação para todos.** Ministério da Educação/secretária Especial de Educação Especial. Brasília, Distrito Federal, 1990. Disponível em: www.mec.gov.br/legislacao/internacional. Acesso em: 08 de abr. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007 entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacaoespecial.pdf>. Acesso em: 15 de abril.2023.

CARTOLANO, Mareia Teresa Penteado. **Formação do educador no curso de pedagogia: a educação especial.** Cad. CEDES, 19(46), 29-40, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000300004>. Acesso em: 07 abr. 2023.

CARDAU, Vera Maria. Direitos Humanos, Educação e Interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n.37, jan. /abr.2008 p.29-52. Disponível <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/?format=pdf> em. Acesso em: 08 de abr. 2023.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. **Educação: Direito de Todos os Brasileiros.** In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo, SP: Atlas 2003.

LEME, Erika Souza. **Inclusão em Educação:** das políticas públicas ao cotidiano escolar. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade em Educação. Rio de Janeiro, 2011, 230f.

LUSTOSA, Francisca Geny. FERREIRA, Rebeca Gadelha. Educação Inclusiva Reflexões sobre os aparatos legais que garantem os direitos educacionais de estudantes público-alvo da educação especial. **Teoria Jurídica Contemporânea**, v.5, n.1, p.87-109, jan. /Jul. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur/issue/view/35>. Acesso em: 21 de out. 2023.

MANTOAN, M. T. E. Ensinando a turma toda: as diferenças na escola. IN: MANTOAN, M. T. E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas.** (p. 69-76). 5 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Porque? Como fazer? São Paulo:** Moderna, 2023. Disponível em:

https://www.academia.edu/41989832/MANTOAN_M_T_E_Inclus%C3%A3o_Escolar_O_que_%C3%A9_Por_qu%C3%AA_Como_fazer. Acesso em: 29 de abr. 2023.

MARTINS, L. de A.R. Inclusão. In: MARQUEZINE, Maria Cristina et.al. (org.). **Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial: Inclusão**. Vol.2 Londrina: EDUEL, 1997.

PADILHA, Ana Maria. **Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual e Transtornos Globais do Desenvolvimento**. MILANEZ, Simone Ghedini Costa; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; MISQUIATTI, Andréa Regina Nunes. **Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual e Transtornos Globais do Desenvolvimento (Prefácio)**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2013.978-85-7983-392-2>. Acesso em: 08 de abr. 2023.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. O papel do professor na Educação Inclusiva. **Ensaios Pedagógicos**, v.7, n.2, p.1-11, Jul/Dez 2017. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf>. Acesso em: 21 de out. 2023.

SANTOS, Mônica Pereira. **Dialogando sobre inclusão em educação: contando casos (e descasos)**. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2013.

SANTOS, Mônica Pereira; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em educação cultura, políticas e práticas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: Significado, controvérsias e perspectivas**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

SILVA et.al. Um olhar sobre a educação inclusiva no PNE 2014-2024: desafios e perspectivas. Práticas educativas, Memórias e Oralidades: **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo>. Acesso em: 21 de out. 2023.

VASQUES, Carla K; MOSCHEN, Simone; GURSKI, Roselene. **Entre o texto e a vida: uma leitura sobre as políticas de educação especial**. Educação e pesquisa, v.39, n.1, p.81-94. Mar, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100006>. Acesso em: 15 de abr. 2023.